

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do
Sector Rodoviário e Ferroviário**

79.^a Reunião
(4 de julho de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 18 horas e 38 minutos.

Procedeu-se à apresentação e votação das propostas de alteração ao projeto de relatório final da Comissão elaborado pelo Sr. Deputado Relator, Sérgio Azevedo (PSD), tendo usado da palavra, além do relator, os Srs. Deputados Nuno Encarnação (PSD), Pedro Filipe Soares (BE), Rui Paulo Figueiredo (PS), Bruno Dias (PCP), Hélder Amaral (CDS-PP) e Eurídice Pereira (PS).

Após ter sido aprovado o relatório final da Comissão, fizeram intervenções finais os Srs. Deputados Pedro Filipe Soares (BE), Nuno Encarnação (PSD), Rui Paulo Figueiredo (PS), Bruno Dias (PCP), Altino Bessa (CDS-PP), Paulo Batista Santos (PSD) e o Sr. Presidente.

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 20 horas e 48 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 18 horas e 38 minutos.

Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos trabalhos.

Podemos começar por fixar o universo eleitoral.

Como sabem, nas comissões de inquérito as votações são uninominais. Assim, sugiro que, como temos várias votações para fazer, sejam referenciados individualmente todos os Srs. Deputados presentes na reunião e as bancadas a que pertencem. Assim, caso nalguma votação um Sr. Deputado vote de forma diferente do conjunto da sua bancada, tal será referenciado; caso contrário, daqui para a frente, enunciaremos as votações por bancada, assumindo-se que os Srs. Deputados de cada bancada estarão a votar individualmente.

O PSD tem sete Srs. Deputados efetivos: Adriano Rafael Moreira, Fernando Virgílio Macedo, Nuno Encarnação, Nuno Serra, Paulo Batista Santos, Paulo Cavaleiro e Sérgio Azevedo, que é o Sr. Deputado Relator. O PS tem cinco Srs. Deputados: Eurídice Pereira, Fernando Serrasqueiro, Rui Paulo Figueiredo, Duarte Cordeiro e Isabel Oneto. O CDS-PP tem dois Srs. Deputados: Altino Bessa e Hélder Amaral. O PCP tem dois Srs. Deputados: António Filipe e Bruno Dias. E o BE tem o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, que, se votar de forma diferente da sua bancada, a sua bancada fica sem votos.

Risos.

Relativamente à metodologia dos nossos trabalhos, recebemos todas as propostas. Depois da reunião que fizemos no passado dia 2, houve propostas que foram ainda aditadas.

O Sr. Deputado Sérgio Azevedo recolheu todas as propostas, tendo incorporando uma parte delas e não outras. Em todo o caso, faz propostas diversas de inclusão das várias propostas por diversas formas. Deu-se ainda ao trabalho, que muito agradecemos, de elaborar um guião, que foi distribuído aos grupos parlamentares, onde expõe, em relação às propostas de cada grupo parlamentar, as que incluiu e as que não incluiu, com uma justificação quanto a estas.

Com vista a facilitar os nossos trabalhos, sugeria que pudéssemos arrumar as propostas de cada um dos grupos parlamentares pela ordem de apresentação das mesmas.

Propunha ainda que o Sr. Deputado Sérgio Azevedo, querendo, pudesse dar uma breve explicação relativamente às propostas que incluiu e às que não incluiu, após o que o grupo parlamentar proponente se pronunciaria sobre o grau de inclusão das suas propostas no relatório e o seu grau de satisfação relativamente a essa inclusão, ou não, e indicaria as propostas, entre as que não foram incluídas, que tenciona levar a votação separadamente.

Assim, propunha que fossemos arrumando as propostas bancada a bancada e que depois disso procedêssemos, então, à votação do relatório, tal como ficará.

Se houver acordo com esta metodologia, o primeiro grupo parlamentar a apresentar propostas para o relatório foi o CDS-PP, que, segundo o nosso guião, foram todas aceites, pelo que as coisas poderão estar simplificadas. Em todo o caso, se o Sr. Deputado Sérgio Azevedo entender que tem algo a dizer acerca disto, dou-lhe a palavra. Isto para não

discriminarmos o CDS, porque o facto de todas as propostas terem sido aceites não significa que seja discriminado no seu direito ao uso da palavra.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, não me parece prudente aceitar a alínea *L*) da proposta de alteração do Partido Social Democrata, porque...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos ainda nas propostas apresentadas pelo CDS.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Quanto ao CDS, aceitei todas as propostas.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Nesse caso, podemos passar às propostas do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Peço desculpa pelo lapso.

Quanto às propostas do PSD, entendo que não se deve aceitar a proposta *L*), porque não existem elementos na Comissão que nos permitam aferir que a extensão do prazo da concessão se reflete em 270 milhões de euros. Portanto, não encontrei capacidade para incluir no relatório esta proposta de forma objetiva e factual.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se algum dos Srs. Deputados do PSD se quer pronunciar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, pela nossa parte, nada temos a opor.

O Sr. **Presidente**: — Nesse caso, o PSD dá por boas as explicações do Sr. Deputado Sérgio Azevedo e, portanto, esta proposta não será submetida a votação.

Passamos às propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de esclarecer um pouco melhor que, quando na coluna do meio do guião que apresentei digo «Alteração parcial», significa que o Bloco de Esquerda e os outros partidos propõem uma redação e que eu faço alterações ao texto com base na redação que é proposta, eventualmente alterando algumas palavras que me propõem, mas mantendo o espírito, com exceção desta primeira alteração do Bloco de Esquerda, a qual gostava, desde já, de justificar.

Assim, refere-se, essencialmente, a uma ligação direta entre o financiador ou o representante financeiro e as compensações contingentes. Essa proposta tinha dois parágrafos. Julgo que o primeiro é de aceitar, mas tenho alguma dificuldade em aceitar o segundo, porque não me parece que haja uma relação direta entre o agente financeiro e a questão das responsabilidades contingentes, na medida em que a responsabilidade do modelo, do desenho, dos objetivos, da alocação de riscos do parceiro público era dos governos, da parte política, o banco financiador responde com a melhor oferta feita ao Estado em regime concorrencial e o Estado era livre de aceitar ou não essa proposta.

Por uma questão de justiça e também porque a Comissão optou por não ouvir os responsáveis de todos os bancos financiadores, nacionais e internacionais, julgo que o relatório não deve concluir, de forma sistematizada e plural, uma coisa um pouco diferente do que aconteceu na Comissão.

Portanto, é esta a alteração que proponho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, há aqui um conjunto alargado de propostas que foi aceite, com alterações não de conteúdo, mas de forma. Nada temos a questionar sobre isso.

No entanto, há duas que, para nós, eram relevantes e que não foram aceites: uma que tem um conteúdo político associado, à qual me irei referir em segundo lugar, e uma primeira relativa a este ponto apresentado pelo Deputado Relator.

Na proposta de alteração, o segundo parágrafo era factual, não retirava nenhum tipo de conteúdo ao que foi a atuação do agora Secretário de Estado dos Transportes, mas referia que ele teve, enquanto representante da CaixaBI, um papel relevante em diversas parcerias público-privadas (PPP). Não fizemos nenhum qualificativo sobre esse papel, não que o Bloco de Esquerda não tenha uma opinião que qualifique essa atuação, mas porque, de facto, consideramos que não há elementos na Comissão que a possam qualificar sem entrar numa necessidade de abrangência a outras entidades, que não existiu.

Por isso mesmo, não fizemos um texto que qualificasse a atuação do Sr. Secretário de Estado enquanto representante da CaixaBI. Todavia,

achámos que era relevante fazer essa referência, e por isso a colocámos. De facto, não nos parece indiferente que o então responsável da CaixaBI em muitas das PPP, agora Secretário de Estado dos Transportes, possa ter tido um papel nos dois lados que se colocam em qualquer PPP sem esse facto ser colocado no relatório.

Há uma outra proposta — e registo a forma como ela é colocada, dando conta que não sou indiferente ao que isto representa quanto à posição do Relator nesta matéria — que tem que ver com a conclusão 184 e que refere que o Estado deve equacionar o resgate da PPP em causa quando tudo o resto falhar e quando não consiga defender, de forma inquestionável, o interesse público de outro modo. Devo dizer que não achamos que, por um lado, esta formulação vá ao encontro do que são as conclusões da Comissão de Inquérito e, por outro — e esta parte já não é matéria de análise da Comissão de Inquérito mas, sim, do resultado para o futuro —, que, no futuro, seja a que irá defender melhor o interesse público.

Por isso mesmo, a nossa proposta de redação transmitia claramente que uma das conclusões, para nós das mais relevantes deste relatório, deveria ser a de que o Estado deveria proceder ao resgate público por diversas matérias — que creio que teremos até tempo para debater noutra sede, que não a de debate desta votação final do relatório. Era, para nós, uma conclusão relevante e por isso não podia deixar de a apontar neste contexto.

Há ainda um outro conjunto de propostas de conclusões que não foram aceites pelo Relator. Percebo que não teriam de ser aceites, mas para nós eram relevantes, e passo a explicar porquê.

Peço só uns segundos para poder chegar aos números em concreto.

Pausa.

O n.º 78 antigo, que é o novo n.º 82, diz que o Estado deve renegociar o contrato. Obviamente, a nossa posição é que deve haver um resgate público e, por isso, não podemos concordar com esta conclusão, assim, como com a nova 99, que era a antiga 95, exatamente pelo mesmo motivo. E, do ponto de vista de conclusões, creio que é isso.

Existem ainda duas outras, a 3 e a 4, que, não sendo fundamentais, do nosso ponto de vista colocam uma visão política e tenho algumas dúvidas sobre se é, de facto, uma conclusão inequívoca da Comissão.

Há, de facto, uma utilização massiva das PPP em Portugal. Não é essa parte que me parece ser criticável desta conclusão. O meu problema é dizer que esta forma de financiamento do Estado tinha como objetivo reduzir os custos para o Estado para melhor satisfazer as necessidades públicas, o que me parece que não era o objetivo que, de facto, estava inerente à escolha das PPP. E é contraditório com outras conclusões, porque as conclusões dizem — e acompanho essa ideia — que, de facto, havia uma vontade devido à forma como eram contabilizadas as obrigações decorrentes das PPP, que não entravam nem para o défice nem para a dívida, e que isso foi o motor principal, do nosso ponto de vista foi um dos principais motores, para a escolha das PPP.

O ponto 4, mais relevante que o anterior, diz que as opções políticas são o maior fator de influência do sucesso ou insucesso das parcerias público-privadas. E aí a acusação à posição do Bloco de Esquerda poderá ser a de que é uma posição de princípio contra as PPP. Aceito a acusação, porque é verdadeira, mas factualmente creio que não podemos concluir que o problema das PPP foi de escolha política, de opções políticas. Do nosso ponto de vista, um dos pontos que considerámos essencial foi o sobrecusto do financiamento que, por ser feito através dos privados, ocorre

independentemente da opção política que depois seja implementada sob a forma de PPP. É por isso que acho que o problema aqui não é tanto das opções políticas, é das PPP em si. Elas, na nossa opinião, são feitas para o insucesso, depende do modelo. Por isso, as opções políticas podem agravar o insucesso, mas não podem transformá-lo em casos de sucesso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vou pedir-lhe, por uma questão de clareza, que refira quais as alterações em concreto que tenciona que sejam votadas em separado, para podermos proceder à respetiva votação.

Se algum Sr. Deputado, entretanto, se quiser pronunciar, como sempre, estão à vontade para intervir quando entenderem.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, se preferir, pode passar a palavra a outros grupos parlamentares.

Depois entrego por escrito o que pretendo votar. Queria votar algumas das conclusões, não todas.

Sobre o remanescente, queria votar apenas a proposta referente à alteração 1, ou seja, a inclusão do segundo parágrafo do Dr. Sérgio Monteiro. Essa é a única.

Quanto ao espaço de conclusões, vou entregar-lhe uma nota com o número das propostas. Porventura, ser-lhe-á mais fácil depois seguir por escrito essa votação.

Assim, se preferir, pode passar a palavra para outro grupo parlamentar para prosseguirmos o debate. Se não, posso dizer-lhe já.

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado quiser individualizar já, podíamos passar à votação. Assim, fica logo registado em *Ata* e vamos arrumando cada grupo parlamentar.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Especificamente, queria votar a proposta de alteração 1 e a proposta de alteração 21. São as que coloco como importantes.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a proposta de alteração 1, segundo parágrafo, e a proposta de alteração 21, que adita um novo número 180 às conclusões.

Pergunto se podemos votar conjuntamente as duas propostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, pretendemos a votação em separado.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, começar por votar a proposta de alteração 1, na parte em que pretende acrescentar na página 75 ao novo ponto 9.1, porque uma parte foi acolhida, um segundo parágrafo, apresentada pelo BE.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 9 votos contra do PSD e do CDS-PP e 8 votos a favor do PS, do PCP e do BE.

Era a seguinte:

Um elemento a reter é a presença do Dr. Sérgio Monteiro na posição de representante dos interesses da CaixaBI em diversas PPP. O agora Secretário de Estado foi o responsável dos parceiros financeiros em situações particularmente sensíveis para o Estado. Um dos exemplos é o

dos pagamentos contingentes no âmbito das subconcessões, matéria que será tratada mais adiante neste relatório.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, proceder à votação da proposta de alteração 21, que pretende aditar um novo número 180, apresentada pelo BE.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 14 votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e 3 votos a favor do PCP e do BE.

Era a seguinte:

A Comissão entende recomendar ao Governo o resgate público das PPP, assumindo o Estado os ativos e os passivos, libertando o erário público dos pagamentos das rendas abusivas aos privados.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar, agora, às propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, a justificação é essencialmente no mesmo sentido da que foi para o Bloco de Esquerda.

Portanto, as propostas que estão na coluna do meio ou foram reescritas, mantendo o espírito da proposta de alteração do PCP, ou foram reescritas, mudando só algumas palavras.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Peço a palavra para uma interpelação simples sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Agora ia dar a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, mas faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Acho que, para clareza de quem nos está a ver e para clareza do que fica registado em *Ata*, de duas, uma: ou todos estes documentos ficam logo anexados ou são transcritos no ponto exato da *Ata*, porque receio que seja muito pouco entendível esta explicação do que está na coluna do meio e do que está na outra coluna, sem detalhar exatamente de que propostas e de que conteúdo exato estamos a falar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, mas é isso que se espera dos Srs. Deputados, ou seja, que nesta fase detalhem o que entendem.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Nós estamos a entender, mas acho que para quem nos está a ouvir é muito pouco perceptível, em especial as explicações do Sr. Deputado Relator.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Vamos, então, ter isso em atenção.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Mas eu posso explicar.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Duvido que os portugueses que nos estão a seguir em direto percebam o que é a coluna do meio.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — No ponto 3 das conclusões está escrito: «A utilização ‘massiva’ de Parcerias Público Privadas em Portugal

como forma de financiamento do Estado desvirtuou o seu objetivo fundamental afirmado pelos seus defensores: Reduzir custos para o Estado e melhor satisfazer as necessidades públicas.»

A redação que eu proponho é a seguinte: «A utilização ‘massiva’ de Parcerias Público Privadas em Portugal como forma de financiamento do Estado não cumpriu o seu objetivo fundamental:...» — este «não cumpriu» é proposto pelo Partido Comunista Português — «... Reduzir custos para o Estado e melhor satisfazer as necessidades públicas.»

Portanto, da proposta do PCP, não coloquei «afirmado pelos seus defensores» nem cortei a palavra «massiva».

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sim, vamos ter de ir uma a uma, provavelmente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, também não sei se esta explicação linha a linha é mais perceptível para quem nos ouve. Acho que os Srs. Deputados é que têm o ónus de explicitar publicamente aquilo que entendem que é politicamente relevante.

Portanto, vamos deixar isso ao Sr. Deputado Relator e aos Srs. Deputados proponentes. Eles entenderão o que é relevante daquilo que propõem. E, naturalmente, que os Srs. Deputados das outras bancadas não estão inibidos de intervir. Estes debates não são bilaterais, pelo que qualquer Sr. Deputado pode intervir sobre as matérias em discussão e sobre as propostas de outrem.

Pergunto ao Sr. Deputado Sérgio Azevedo se quer acrescentar mais alguma coisa.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Não, Sr. Presidente, para esta proposta, não.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero começar por dizer que, tal como inicialmente tínhamos apontado, não apresentámos nenhuma proposta ao corpo do relatório, porque quisemos reservar a clarificação das questões para outra sede. Ainda assim e em função do quadro que tivemos perante a Comissão na passada terça-feira, salvo erro, considerámos que seria um contributo da nossa parte avançar com propostas relativamente à parte específica das conclusões e das recomendações. Nesse sentido, dentro daquele lapso de tempo que tínhamos consensualizado, avançámos com esse contributo, reservando para declaração de voto, digamos assim, uma posição final e a clarificação de algumas questões que devem ser salvaguardadas. Como tínhamos dito, pôr os pontos nos *ii* naquilo que é indispensável.

Em relação à resposta e à consideração que o Sr. Deputado Relator faz das propostas de alteração do PCP, queria partilhar algumas considerações.

Há dois níveis, digamos assim, dois patamares de leitura, de reflexão e de debate na Comissão de Inquérito desde o princípio até agora. Há mais de um ano que temos, por um lado, em debate a questão sobre o tipo de opção política, o tipo de solução estratégica que são as parcerias público-

privadas e, à medida que os trabalhos da Comissão se foram desenvolvendo, ficámos com a convicção ainda mais profunda de que as PPP foram e são um mau modelo e uma má opção em termos de modelo de contratação e de modelo de financiamento e gestão de infraestruturas. Portanto, não vale a pena tentar fazer música com uma bota da tropa e dizer que o problema é que ela não está afinada. Esta é a questão fundamental que temos aqui.

Por outro lado, há aqui a questão de até que ponto é que as parcerias público-privadas foram negociadas, contratadas, acompanhadas, renegociadas, qual a responsabilidade desde logo política, fora o resto, que deve caber aos governantes, aos gestores, a quem participou nesses processos e o que daí resulta em termos de avaliação e, depois, em termos de conclusões para o futuro.

Portanto, há aqui dois patamares diferentes, duas esferas de análise.

Em relação àquilo que tem a ver com esta última esfera de análise que referi, que é a avaliação daquilo que foi o processo destes mais de 20 anos até agora nesta matéria, verificamos que há um conjunto de propostas do PCP que visavam, e visam, contribuir para um maior rigor da formulação do texto, para um maior acerto e para identificar situações ou problemas concretos que não podem ficar de fora do relatório.

Por isso, pensamos que é positivo, por exemplo, e registamos, que o Sr. Deputado Relator tenha considerado, integrado e aceite a proposta de alteração em que nós, PCP, alertamos para o problema de as estruturas especializadas que o Estado pode ou deve ter para acompanhar as PPP correrem sempre o risco de, no curto ou médio prazo, passarem para o privado, transferindo com elas o conhecimento e a vantagem comercial que daí decorre. Isto passa a ficar no relatório e nós consideramos que é importante que a nossa proposta fique.

A mesma coisa no que diz respeito à dependência que tem sido evidenciada ao longo destes anos em relação aos consultores externos, porque depois aquilo que é o trabalho da Estradas de Portugal (EP), por exemplo, ou de outras entidades que têm incumbências em nome do Estado — Parpública, etc., mas principalmente neste domínio, Estradas de Portugal, que foi o exemplo concreto — depende muito de consultores privados. Há uns meses, dizíamos, nesta Assembleia, que havia consultores a mais não por serem muitos, mas pela dependência que deles havia. Portanto, esta nota de despesa de mais de 1 milhão de euros na área jurídica, quase 4 milhões de euros na área financeira e quase 2 milhões de euros na área técnica, da parte da EP, em três anos, só com consultores externos, é uma referência que nós colocámos e que é importante ter ficado.

Quanto à explicação que o Sr. Deputado Relator deu há pouco sobre o ponto 3 da utilização massiva de PPP, do «não cumpriu» em vez do «desvirtuou» e do «afirmado pelos seus defensores» enquanto objetivo, qual é o problema aqui? É a divergência...

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Estrutural.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... entre os partidos que têm estado a contratar PPP nestas décadas e nós, por outro lado, relativamente ao problema que era contratarem-se PPP porque não havia um número mágico a partir do qual elas fossem demais. E, ao longo de mais de um ano de trabalhos, esse número mágico não se encontrou. Qual era o volume de negócios a partir do qual havia PPP a mais? Qual era o número de contratos a partir do qual havia PPP a mais? Qual era o investimento a partir do qual havia PPP a mais? Quais os quilómetros de autoestrada ou os quilómetros

de via-férrea? Não há! Não há um valor a partir do qual se possa dizer que há PPP a mais. Não se descobriu.

Nós consideramos que uma PPP é má mesmo que seja só uma, se for má. Como não encontramos uma boa, e até hoje estas dezenas têm sido todas más, o nosso problema não é a partir de quantas más é que são demais...! Não sei se me faço entender.

Por isso, temos a consideração de que o problema não é só a utilização massiva, porque é um problema o facto de terem sido tantas, mas a utilização de PPP não cumpriu o objetivo fundamental afirmado pelos seus defensores. Temos a consideração de que há outros objetivos — e no contexto europeu, no Tratado de Maastricht, na Comissão Europeia, etc., isto é consensual — que não apenas o de reduzir custos para o Estado, Srs. Deputados. Já perdemos a inocência, nessa matéria, há muito tempo! Alguém quer acreditar que quem defende PPP por esse mundo fora é apenas com o objetivo de reduzir custos para o Estado?!

Por isso consideramos que seria mais neutro e mais rigoroso dizer «objetivo fundamental afirmado pelos seus defensores».

Para abreviar, queria chamar a atenção para o ponto da Fertagus, a parceria público-privada na ferrovia.

O Sr. Deputado Relator diz que a nossa proposta de alteração que fala sobre a opção *a priori* para o modelo PPP para aquele investimento ferroviário não ficou demonstrada ou pelo menos não há elementos que permitam confirmar esta afirmação. E o mesmo vale para a nossa afirmação sobre o facto de não ter havido a possibilidade de a CP se apresentar a concurso público internacional, tendo mesmo sido chamada a prestar apoio como entidade adquirente do material circulante colocado ao serviço.

Quanto a este aspeto, não sei se há ou não a transcrição da reunião com o Sr. Eng.º João Cravinho, mas há diferentíssimos pontos...

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Está no relatório a questão da CP não poder ir ao concurso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Refiro-me ao ponto anterior.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — O anterior é que não.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O anterior é que não.

Agradeço que a questão do material circulante tenha ficado integrada. Agora estava erradamente a pôr no mesmo plano, mas a questão do modelo PPP como opção *a priori* ficou separada.

Vou passar um vídeo do Eng.º João Cravinho.

Neste momento, o Sr. Deputado Bruno Dias passou no seu computador um vídeo relativo à audição do Sr. Eng.º João Cravinho.

«O Sr. Eng.º **João Cravinho**: — Ainda nesses termos, é interessante mencionar que a CP não podia concorrer — e isto já no primeiro concurso —, porque o objetivo era precisamente a abertura ao setor privado, para ter como que um testemunho, um comparador, da prestação de serviços, mas à CP era dada em concessão Campolide-Pinhal Novo (...).»

Ora, isto significa que havia o objetivo inicial de entregar aquela linha ao privado. Portanto, o pressuposto daquele investimento era o de que

tinha de haver um exemplo em Portugal, pelo menos uma experiência, de como seria a gestão da ferrovia por privados.

Sem outros entendimentos de avaliação, isto leva-nos a confirmar que a frase que apresentamos tem fundamento e é louvada nos trabalhos da Comissão, sem outros elementos, especificamente em relação a uma estratégia, que estava a ser lançada nos anos 90, de liberalização do setor ferroviário.

Sem prejuízo, vou falar de duas últimas questões, e peço desculpa aos Srs. Deputados por demorar um pouco mais, mas este ponto é exigente em relação ao conteúdo e à discussão. Para abreviar e para não em referir a todos, coloco só dois elementos factuais, pedindo aos Srs. Deputados e, em particular, ao Sr. Deputado Relator que se possa pronunciar sobre o que acabei de dizer, porque acho que é um elemento factual importante sobre a estratégia em relação à Fertagus.

Há uma questão para a qual eu queria alertar o Sr. Deputado Relator e os Srs. Deputados da Comissão de Inquérito, que é o atual ponto 56 das conclusões, página 397, que, da maneira como está escrito, não faz sentido. Tem a ver com o Metro Sul do Tejo e com a atuação do município.

Há uma questão que, com a autocritica de não termos apresentado essa referência concreta, deveria ter surgido: é que não houve aqui, propriamente, intervenções isoladas de municípios. Houve, desde o início, uma atuação articulada Almada, Seixal e Barreiro. Mas mesmo em termos de fase de construção houve, quer da parte de Almada quer da parte do Seixal, enquanto municípios, intervenção e exigências junto do poder central para que as questões fossem cumpridas.

O ponto 56 não faz sentido quando o Sr. Deputado Relator integra — e ainda bem, até ver — as questões que dizem respeito ao problema do

cumprimento das obrigações da empresa concessionária, designadamente as fixadas na declaração de impacte ambiental.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Tem razão!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E, portanto, há mais qualquer coisa que depois se conclui, tendo dado origem a encargos suplementares absolutamente evitáveis.

Portanto, esta parte afinal, para já, tem de sair.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Não, não tem. Têm é de mudar de lugar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ou seja, os encargos suplementares que eram evitáveis foram os que resultaram do incumprimento da concessionária, que pôs aquilo tudo de pantanas com um método construtivo que não tinha nada a ver com aquilo a que estava obrigada.

Os encargos adicionais ou suplementares absolutamente evitáveis tiveram a ver com a paragem de obras, em resultado de não ter sido entregue pela concessionária o conjunto da documentação, designadamente das plantas parcelares, como ficou demonstrado, salvo erro, na reunião com a Sr.^a Eng.^a Ana Paula Vitorino, Deputada desta Assembleia, desde plantas parcelares de terrenos que não foram devidamente apresentadas até ao procedimento legal exigível a quem quer ficar com a gestão de terrenos e fazer a sua obra.

Ora, é daqui que vem o problema e não como parece ser dado erradamente a entender, ou seja, como uma espécie de alavanca negocial para conseguir um pouco mais do que aquilo que estava estabelecido. É

exatamente ao contrário. Foi mesmo só para garantir aquilo que estava estabelecido e que a lei era cumprida, que os deveres eram cumpridos por parte da concessionária e que aqueles projetos eram cumpridos da forma como estavam definidos inicialmente que houve um conjunto de iniciativas, entre as quais as tais moções aprovadas por unanimidade na assembleia municipal, de onde partiu depois o conjunto de contactos.

Portanto, queria chamar a atenção para o texto que o PCP apresentou, que procura repor esse rigor e essa fidelidade aos factos e à verdade, que, aliás, foram apurados na Comissão, e para a necessidade de esta situação ser corrigida.

Finalmente, Srs. Deputados e Sr. Presidente, em relação à proposta do PCP, gostava de sintetizar aquilo que, tendo sido politicamente rejeitado pelo Sr. Deputado Relator, pelas razões que já são conhecidas, que é a tal divergência sobre o modelo PCP...

O Sr. Sérgio Azevedo (PSD): — PPP!

O Sr. Bruno Dias (PCP): — O modelo PCP também tem divergências em relação ao PSD e ao CDS.

Mas em relação às parcerias público-privadas temos três recomendações que não foram aceites. Essas três recomendações têm a ver com a situação atual das parcerias que estão em vigor, digamos assim.

Consideramos e propomos que seja desencadeado um processo para a extinção das PPP. Não fazemos questão de que se resolva tudo pela mesma medida do resgate, porque consideramos que pode haver contratos em que seja aplicável o resgate, outros em que seja mais vantajoso recorrer à figura da rescisão e outros à caducidade, ao sequestro, etc. Há várias soluções jurídicas. Aliás, uma PPP que esteja a acabar dentro de um ano ou

dois, mais vale estar quieto e esperar que chegue ao fim. Mas não queremos a renovação daquele contrato. Não queremos cair outra vez no mesmo problema.

As PPP que estão em vigor, do nosso ponto de vista, não devem continuar, deve encontrar-se a melhor solução jurídica para se por fim a esse modelo e, muito importante, o Estado português não pode continuar a ficar cada vez mais dependente das PPP. Podemos dizer tudo e mais alguma coisa sobre as PPP que hão de vir, mas se o Estado não tiver outra hipótese senão a PPP, porque não tem no setor público e na gestão pública nenhuma capacidade e está à mercê do setor privado para aquilo que quiser fazer, logo terá de ir atrás daquilo que o setor privado exija, então, tudo isto é uma ficção, tudo isto é uma fantasia.

Portanto, propomos que haja uma recomendação no sentido de se garantir a capacidade instalada no setor empresarial do Estado, no setor público, que permita recorrer à gestão pública na condução dos projetos, ao invés de se colocar o Estado na dependência dos interesses privados e de modelos como a PPP.

Também apresentamos propostas em relação àqueles viadutos que ficaram a meio e àquelas obras que ficaram paradas, tendo havido, porventura, mais desperdício de dinheiros públicos com a obra que foi feita e que fica ali, tipo monumento megalítico do século XXI, do que propriamente retomando uma obra mas adaptando e corrigindo o projeto para que haja uma melhor e mais criteriosa gestão dos recursos públicos. Nesse quadro, temos casos como o IP8, o IP2 ou a Nacional 125, ou seja, projetos que ficaram parados e que devem ser retomados não no sentido exatamente igual ao que estava inicialmente previsto, mas qualificando ou melhorando o projeto. São as propostas que apresentamos.

Isto vem também referido em vários pontos das conclusões, em que o Sr. Deputado Relator coloca a ideia da renegociação para melhorar a defesa do interesse público e nós, em contrapartida, propomos e defendemos que não se continue com a PPP. É que aquelas recomendações têm, de facto, esse problema: são no pressuposto de que as PPP são para continuar, de que as PPP vão entrar numa nova etapa, como aqueles clubes que dizem «este ano é que vai ser», «correu tudo mal, mas a partir de agora vai correr tudo muito melhor». Nós não temos razões para acreditar que isso seja assim.

Há um outro elemento, que não é uma questão de elemento factual, mas de lógica, diria, contratual, que é o ponto 8 das recomendações, segundo o qual «O Estado deve promover junto das concessionárias um conjunto de mecanismos contratuais que impeçam no futuro a existência de benefícios contingentes e/ou benefícios sombra, por forma a tornar este modelo de contratação ainda mais transparente». Ora, este ponto ou não faz sentido na ideia ou tem de ser mais clarificado na escrita, porque se se trata...

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Qual é o ponto?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É o ponto 8 das recomendações.

Como estava a dizer, os mecanismos contratuais com as concessionárias ou são para o futuro, e aí não é junto das concessionárias, mas é uma questão quase unilateral, é uma regra que o Estado se impõe a si mesmo, ou, então, é com as concessionárias de agora e isso significaria a tal renegociação, com uma pergunta: então, qual seria a contrapartida?

Portanto, em relação a isto, até de forma coerente com o que propomos, que é acabar com as parcerias público-privadas em vez de estar a afiná-las ou a tentar o impossível, apresentámos essa proposta.

Neste quadro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, conluo as razões que nos levam a reiterar estas propostas, com esta crítica política ao relatório que está subjacente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, daqui a pouco, vou pedir-lhe que sintetize o que pretende levar a votação. Ainda não é agora, porque o Sr. Deputado Hélder Amaral pediu a palavra.

Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria despachar, mas não posso deixar passar esta exortação do modelo soviético de gestão da coisa pública. Não vou dizer que o modelo falhou, pela simples razão de a história ter provado que não teve sucesso. Porventura, foi mal aplicado, ao menos essa bondade.

É verdade que houve aqui intervenientes e decisores políticos que disseram claramente «nós queremos uma opção política, que é a de trazer privados para este tipo de obras». Aliás, julgo que o vídeo que o Sr. Deputado Bruno Dias apresentou, no final, dirá isso mesmo. A uma pergunta já não me lembro de quem, ele terá dito: «Sim, sim, foi uma opção, nos queríamos ter privados, queríamos criar *know-how*, queríamos criar ciência para execução de obras públicas.» É uma opção do Estado que, legítima ou não, foi sufragada na Assembleia da República, sufragada dos programas do Governo. Portanto, sobre essa matéria, nada tenho a dizer. Concordo com a existência de privados.

Outra coisa é saber se o Estado tem ou não mecanismos para, a todo o tempo, fazer cumprir a lei da contratação pública, poder acompanhar, monitorizar, controlar e fiscalizar esse tipo de obras. Quanto a isso, chegámos à conclusão, e julgo que está no relatório, que há graves deficiências.

O Partido Comunista Português, com a coerência que lhe é reconhecida, nunca disse que é a favor das PPP, portanto, não quer PPP. E eu quero reafirmar que, da nossa parte, queremos PPP. Elas são bem utilizadas se o Estado tiver em conta o seu endividamento, a sua sustentabilidade financeira, os mecanismos de controlo. As PPP são um bom instrumento. Mais: a lei prevê a existência do comparador público.

O facto de ter havido governos que não tiveram em conta o nível elevado de dívida pública, não tiveram em conta o comparador público, não cumpriram a lei da contratação pública, não significa que as PPP são um modelo que deva ser diabolizado. O erro foi dos governos. Quem deve ser penalizado, quem deve ser investigado é quem não cumpriu a lei.

Portanto, não posso partir daí. Por não ter havido comparador público ou por existirem comparadores públicos *a posteriori*, só é possível haver comparador público quando o Estado tem capacidade para executar uma obra; se não, não é possível.

Portanto, o Estado tem todas as condições hoje para, em alternativa, poder fazer em modelo PPP ou em modelo de obra pública tal a conhecemos. Até tivemos aqui quem defendesse que uma e outra são a mesma coisa. Lembro-me de haver especialistas que disseram que no modelo antigo havia derrapagens no tempo, no preço e que, portanto, era por aí que se desvirtuava o modelo. Ou seja, a obra tinha um determinado caderno de encargos, um determinado preço e uma determinada data e chegávamos à conclusão... Temos a Casa da Música, a ponte em Coimbra

que derraparam em valores muito superiores aos de algumas renegociações de parcerias público-privadas. Também chegámos à conclusão que nas parcerias público-privadas o risco está nos reequilíbrios financeiros. Elas dão todas certinhas no início e no fim da concessão, mas no meio os reequilíbrios financeiros, as alterações de obra por decisão de autarquias ou por decisões de políticos desvirtuam um modelo que parecia ser correto.

Continuo a dizer, então, que o que está errado é o uso pouco correto que se faz do instrumento e não propriamente o instrumento. Porventura, fazer música com uma bota da tropa, não sei em que país ou em que modelo é que é possível. Qualquer pessoa que perceba de música talvez não tentasse. Talvez tentasse fazer música com outro modelo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Andam a tentar há 20 anos!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Há países que estão a tentar o modelo há mais tempo e também não estão a ter sucesso, Sr. Deputado. Estão a tentar ainda. E alguns até já mudaram para modelos um pouco mais parecidos com o que defendo, porque perceberam que o modelo que o Sr. Deputado Bruno Dias defende não funciona. Mas não vou por aí.

Essa é, no fundo, uma afirmação que é nossa e que justifica por que nós votamos dessa maneira. De facto, entendemos que as PPP têm um conjunto de virtualidades, são benéficas em alguns aspetos, com conta, peso e medida e com o Estado a ter capacidade de as controlar.

Dou o benefício e concordo com o Partido Comunista Português no sentido de que o Estado não pode optar apenas e só pelo uso de PPP — se o PCP faz esta leitura, tem razão. O Estado deve ter condições de, a todo o momento, poder competir ou poder fazer ele próprio obra assim que o entenda. Essa capacidade de obra pública deve existir.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto ao Sr. Deputado Sérgio Azevedo se pretende fazer alguma consideração sobre o que foi dito pelo Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Uma pequena consideração, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sobre a intervenção do Município de Almada, o Deputado Bruno Dias, de facto, no que diz tem razão e não tem.

É que há declarações em sede de audição da Comissão de Inquérito que provam que também o Município de Almada exerceu pressão — e «pressão» é um termo usado de várias formas neste relatório — legítima, neste caso naturalmente, para a execução da obra. São declarações do Eng.º Valente de Oliveira, na altura Ministro, e da ex-Secretária de Estado Ana Paula Vitorino. Aliás, se quiser consultar, está nas páginas 138 e 141 do relatório.

Mas não deixa de ser também igualmente verdade que o Estado concedente, aliás, como também é reconhecido pela Eng.^a Ana Paula Vitorino, de facto, não se apressou em fazer junto da concessionária forma, nomeadamente, para o respeito pelas tais declarações de impacte ambiental que eram necessárias para a libertação dos terrenos. Julgo não estar enganado.

Portanto, vou tentar, até ao final da reunião, se me permitirem os partidos votarmos esse ponto no fim, reescrever este ponto para ser votado, porque, de facto, tem razão.

Mas, repare, o Município de Almada também exerce junto do Estado pressão para a alteração do projeto. Aliás, tenho comigo a declaração e está no relatório desde o seu início, ou seja, desde o relatório preliminar.

Contudo, isso não faz com que não tenha razão no que está a dizer e, portanto, vou propor a alteração ou, no limite, aceitamos a junção desses dois pontos que propõe num só.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, peço-lhe que nos ajude a sistematizar as propostas que vão ser submetidas a votação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, antes de referir os pontos em concreto, queria apenas dizer ao Sr. Deputado Hélder Amaral que lhe desejo toda a boa sorte do mundo a encontrar uma PPP que seja boa. Andamos aqui há mais de um ano e ainda não encontramos nenhuma. E esta experiência que temos tido em Portugal e este trabalho na Comissão de Inquérito é razão suficiente e cheia de motivos para dizer «não» a este modelo. E, em relação a projetos como os que citou de empreitada e gestão pública, basta pormo-nos um pouco a imaginar o que seria a Ponte Europa, o Aeroporto de Pedras Rubras ou a Casa da Música em parcerias público-privadas e, se calhar, tínhamos uma situação que dava que pensar.

Em relação às referências do Sr. Deputado Relator, gostava só de perguntar, em face desta questão da opção política e estratégica do Governo na altura em integrar o setor privado na ferrovia, se esta afirmação que nós colocamos fica ou não no relatório.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Repare, por isso é que eu digo que não é absolutamente claro que seria uma parceria público-privada, poderia não ser. Podia ser um investimento do Estado sem a participação da CP e gerido por um privado. Nós não sabemos. Não é claro da declaração se iria ser feito exclusivamente sob a forma de PPP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas um investimento financiado pelo Estado e explorado pelo privado é uma PPP, e foi o que aconteceu.

A linha é da REFER, é pública...

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — A que foi contratualizada, sim. Mas a PPP pressupõe que seja possa ser também o privado a construir.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas o processo...

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Porque a linha era pública.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A linha era pública, era e é. Tratava-se de incluir um operador de transporte ferroviário privado e isso não podia ser feito com gestão pública. Portanto, em relação à concessão da exploração de transporte, só podia ser uma PPP; de outra forma, o pressuposto, que era a integração dos privados, não era possível.

Portanto, isto não é como o ovo e a galinha, decorre diretamente.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Então, sim. Ouvindo a informação, pode ser incluído no relatório.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isto é importante e eu registo.

Dito isto, posso passar a dizer quais são os pontos que...

O Sr. **Presidente**: — Era isso mesmo, Sr. Deputado. Queria pedir-lhe para referir os pontos que vão ser votados separadamente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Vamos deixar para uma fase posterior a questão do ponto 52 e do novo ponto a seguir ao 52, portanto, aqueles dois parágrafos sobre o Metro Sul do Tejo que referimos. Não coloco agora à votação, porque mais à frente vamos ver como se faz em relação ao Metro Sul do Tejo.

Para não colocar todos, destaco apenas alguns.

Assim, o novo ponto antes do 17, sobre a Fertagus, já está integrado, como disse mesmo agora o Sr. Deputado Relator,...

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Não está, vai estar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não está, passa a estar.

Por isso, da proposta do PCP, destaco os pontos 26 e 28 relativos à Fertagus.

O Sr. **Presidente**: — O ponto 28 é para eliminar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem. O ponto 26 é uma alteração que o PCP propõe e o ponto 28 é para eliminar o 28 do relatório, na medida em que consideramos que não é aceitável que haja uma verificação do êxito de uma PPP a partir do número de deslocações diárias e de um inquérito de satisfação. Entendemos que não é grande fator de aferição.

Portanto, propomos a eliminação do 28 e alteração do ponto 26, que é a questão do tarifário que é aumentado todos os anos acima da inflação nos termos do contrato.

Depois, em relação ao n.º 87 das conclusões que tem a ver com a Lusoponte, propomos que fique dito no texto que «a concessão Lusoponte não respeita nem cumpre a justificação essencial subjacente às Parcerias Público Privadas, o da redução dos custos do Estado». Propomos esta alteração para votação.

E, finalmente, quanto às recomendações, propomos a votação de três novos pontos que apresentamos e que citei há pouco em relação às atuais PPP, bem como a eliminação do ponto 8 que diz respeito às tais negociações futuras.

Pela nossa parte, não há objeções a que possa ser feita a votação em conjunto destas várias propostas.

O Sr. **Presidente**: — Quanto às propostas do PCP, vamos, então, submeter à votação, relativamente às conclusões, o ponto 26, a eliminação do ponto 28 e o ponto 87 e, relativamente às recomendações, três pontos novos que são propostos para pontos iniciais, portanto, todos antes do ponto 1, e a eliminação do ponto 8.

Pergunto se algum dos Srs. Deputados pretende isolar para votação algum destes pontos ou se podemos votar conjuntamente estas propostas.

Pausa.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, pretendemos a votação em separado do ponto 87.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, vamos começar por votar a proposta 87 sobre a Lusoponte, apresentada pelo PCP.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 9 votos contra do PSD e do CDS-PP e 8 votos a favor do PS, do PCP e do BE.

Era a seguinte:

A Comissão considera que a concessão Lusoponte não respeita nem cumpre a justificação essencial subjacente às Parceiras Público Privadas, o da redução dos custos do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, às restantes propostas apresentadas pelo PCP.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, quanto às recomendações, queremos desagregar a proposta relativa ao terceiro ponto novo antes do ponto 1.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar, quanto às recomendações propostas pelo PCP, a proposta do terceiro novo ponto antes do ponto 1.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 9 votos contra do PSD e do CDS-PP, 3 votos a favor do PCP e do BE e 5 abstenções do PS.

Era a seguinte:

Devem ser reavaliadas as decisões sobre o cancelamento de intervenções na rede viária a requalificar ou construir, garantindo a criteriosa e rigorosa gestão dos recursos, estudando as melhores alternativas de projeto e recorrendo à gestão pública para a conclusão adequada designadamente em eixos como o IP-8, o IP-2 ou a EN-125.

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação do ponto 26 e da eliminação do ponto 28 das conclusões, bem como os dois novos pontos antes do ponto 1 e a eliminação do ponto 8 das recomendações, propostos pelo PCP.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com 14 votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e 3 votos a favor do PCP e do BE.

Eram as seguintes:

(Ponto 26)

O terceiro período da PPP «Fertagus» surge com a renegociação de 2010. Esta renegociação foi positiva para o Estado mas não reequilibra nem compensa o prejuízo causado até esse momento. Não lhe traz qualquer encargo e todos os riscos de exploração são transferidos para a concessionária, fazendo desta uma PPP sustentada nas receitas comerciais e no pagamento pelos utentes, com um tarifário que pode ser aumentado em cada ano um ponto percentual acima da inflação.

[Novo ponto (antes do ponto 1)]

Deve ser desencadeado pelo Estado Português um processo de extinção das atuais Parcerias Público Privadas, recorrendo aos mecanismos

legais e contratuais que, conforme a situação aplicável, garantam da melhor forma a salvaguarda do interesse público, a título de exemplo o resgate, a rescisão, o sequestro ou a caducidade.

[Novo ponto (antes do ponto 1)]

Deve ser garantida uma capacidade instalada no Sector Empresarial do Estado que permita recorrer à gestão pública na condução dos projetos de investimento, ao invés de se colocar o Estado na dependência dos interesses privados e de modelos como o da PPP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, para ficarmos já com as propostas do PCP devidamente resolvidas, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Relator que esteve a ultimar uma proposta de redação relativamente ao ponto 52, que nos vai permitir avaliar se estas propostas vão ser submetidas a votação ou retiradas.

Tem a palavra, Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, proponho a seguinte redação: «O Executivo do Município de Almada, mandatado por unanimidade pela Assembleia Municipal, pronunciou-se reiteradamente...» — e seguimos o texto proposto pelo PCP — «... para que o Estado concedente agisse para fazer cumprir as obrigações da empresa concessionária, designadamente as fixadas na Declaração de Impacte Ambiental. Contudo, exerceu junto do Governo pressão para alterações ao projeto de concessão. Esta pressão junto do Governo e a não insistência do Governo junto da concessionária...»

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desculpe, mas pode repetir a partir de contudo, se faz favor?

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — «Contudo, exerceu igualmente pressão junto do Governo para a alteração do projeto.» E é verdade. Está no relatório, página 138, declaração do ex-Ministro Valente de Oliveira, que diz o seguinte: «Agradeço a explicação que deu, e que a tenha rememorado, porque as dificuldades do arranque da obra — que tentei que fosse feito o mais rapidamente possível — partiam exatamente da Presidente da Câmara de Almada, que dizia: ‘Isto não chega! Isto não chega!’ E é verdade, ela tinha razão.» O Governo assume que não chegava, dizendo «Isto não chega! Isto não chega!» e referindo-se aos projetos que iam chegando à Câmara. E fica claro, também no seguimento da declaração, que isso condicionou o arranque da obra. E é só isso que coloco, mais nada: pressão legítima.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, como é que acaba a frase?

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Outra vez?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É que não a acabou!

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Como estava a dizer, proponho: «Esta pressão junto do Governo e a não insistência deste junto da concessionária para a entrega das Declarações de Impacte Ambiental condicionou o arranque do projeto, tendo dado origem a encargos suplementares evitáveis ao Estado.»

O Sr. **Presidente**: — Este é o texto que o Sr. Deputado Relator entendeu integrar.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Ao fim e ao cabo, é a junção das suas duas propostas com a minha proposta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, peço que se pronuncie sobre se mantém a sua proposta ou se se considera satisfeito.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, muito rapidamente, isto significa que a proposta que apresentámos para o ponto 52, não estando exata e integralmente reproduzida e integrada, está no fundamental colocada.

A partir da palavra «contudo», na leitura do texto que o Sr. Deputado Relator fez agora há uma apresentação dos factos que não corresponde com rigor ao que aconteceu.

Portanto, dando como integrado o primeiro dos dois parágrafos, propomos que a Comissão vote o novo ponto seguindo-se ao 52, em vez da frase que começa com «contudo».

Faço-me entender?

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — São dois pontos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ou seja, o Sr. Deputado Relator apresentou agora um texto e a segunda metade desse texto...

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — É um ponto novo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... que é, de facto, um ponto novo...

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Portanto, é manter o que já lá estava e acrescentar o seu.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é manter o que já lá estava. Até à palavra «contudo», o que o Sr. Deputado Relator disse está muito bem. A partir da palavra «contudo», há uma confusão dos factos, porque até nem se tratava de entregar as declarações de impacte ambiental, visto que era só uma e já lá estava, o que se tinha de entregar eram plantas parcelares e outro tipo de documentação exigida por lei em relação aos terrenos. Ou seja, há aí um erro do ponto de vista, até, factual.

Portanto, o problema aqui tem a ver não com alterações de projeto, mas com o cumprimento do projeto.

Nesse sentido, coloco à votação o novo ponto seguindo-se ao 52, que é o que dá continuidade a seguir à palavra «contudo» do texto.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. É isso que vamos fazer.

O Sr. Deputado **Sérgio Azevedo**, depois, fará chegar à Dr.^a Ana Vargas o texto que decidiu incluir e vamos votar separadamente o novo ponto proposto pelo PCP seguindo-se ao 52.

O Sr. Deputado **Rui Paulo Figueiredo** pediu a palavra. Faz favor.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de saber se a redação que esteve a ser escrita pelo Sr. Deputado Relator **Sérgio Azevedo** é a proposta do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Não, não. É a do Relator.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — É que se é algo que o Relator fez e aceitou, acho que não cabe agora à votação.

O Sr. **Presidente**: — Não é isso que vamos votar. Vamos votar a proposta que o PCP quer manter, que é o novo ponto seguindo-se ao 52.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Essa parte não está incluída.

O Sr. **Presidente**: — Essa parte não está incluída e por isso é que será votada separadamente.

Vamos, então, votar a proposta de um novo ponto seguindo-se ao 52, apresentada pelo PCP.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 14 votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e 3 votos a favor do PCP e do BE.

Era a seguinte:

Foi ainda essa Assembleia Municipal que, tendo unanimemente exigido e alertado para a obrigatoriedade dos procedimentos legais para a cedência de terrenos municipais, incluindo a respetivas plantas parcelares, aprovou também por unanimidade a cedência dos terrenos em causa logo após o cumprimento das referidas exigências legais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar agora às propostas do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, relativamente às propostas do PS, gostava de dizer que aceitei todas as recomendações, com exceção de três. Uma delas, porque foi afirmado na Comissão que o FRA IX já está no Tribunal de Contas e o Partido Socialista propõe o envio do FRA IX para o Tribunal de Contas.

Também faço uma pequena alteração que gostava de explicar. O Partido Socialista reescreve no documento, a partir de um determinado momento, as conclusões do relatório do Tribunal de Contas e da Ernst & Young e eu opto, para não ter de as reescrever, porque julgo que seriam cerca de 140 conclusões no total, por colocar um ponto 25 nas recomendações que diz: «Dar provimento a todas as recomendações constantes do Relatório de Auditoria n.º 15/2012 – 3.ª Secção do Tribunal de Contas e do Relatório de ‘Estudo de 36 Contratos de Parcerias Público Privadas do Estado Português’ da Ernst & Young.»

Gostava ainda de dizer que o Partido Socialista entregou um projeto de corpo de relatório com elementos factuais, mas o seguimento desse relatório é contraditório do relatório preliminar e, portanto, deste relatório final. Muitas das conclusões associadas a esse corpo de relatório são factuais, até porque são dados de análise das parcerias público-privadas em termos internacionais e mesmo também em Portugal, embora colocados de forma diferente à que é colocada no relatório preliminar e neste relatório final, ou seja, tudo isso está construído de uma forma diferente.

Portanto, a minha proposta ao Partido Socialista é no sentido de que esse documento de corpo de relatório e de conclusões fique como anexo a este relatório final, quanto mais não seja porque serviria, inclusivamente, nalguns casos, não em todos, de acréscimo de alguns elementos factuais e até de contraditório com coisas constantes do relatório elaborado por mim.

Esta é, portanto, a proposta que faço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, assistimos aqui há pouco a um debate entre o CDS e o Partido Comunista Português sobre o modelo das parcerias público-privadas.

Quanto a essa matéria e a propósito das PPP, do comparador público, do investidor privado e do modo como todo o procedimento é anunciado, gostávamos de dizer que, se possível, não queremos mais parcerias público-privadas e temos de tratar destas parcerias público-privadas. Se já éramos — e eu, pessoalmente, era — muito críticos deste modelo, ainda ficámos a ser mais, mas há que ter alguma isenção.

A propósito de novas parcerias público-privadas e, por exemplo, da profusão de membros do Governo que anunciaram o terminal na Trafaria, eu não sei onde está o comparador público, onde está a análise. Não tivemos nada disso. Já foi anunciado que há um investidor privado, que vai ser uma parceria público-privada. Onde estão as análises em Sines? Transpondo a intervenção a que assistimos há pouco, não sei se todos os membros do Governo que estiveram nessa apresentação também não mereceriam ser investigados. Também não sei onde está o comparador público e todos os estudos de suporte no anúncio feito pelo ex-Ministro Miguel Relvas quanto ao hospital de Santarém de que também ia ser uma parceria público-privada.

Indo diretamente ao concreto do que temos em presença e procurando ser o mais objetivo e sucinto possível, importa dizer, a propósito desta análise, que o relatório desta Comissão de Inquérito, que

deveria ser isento, objetivo e ser factual, na sua grande maioria, como nós já dissemos e reiterámos, não é.

Bem percebemos, às vezes, a dificuldade e a focalização em determinado período, mas apresentámos cerca de 200 propostas de conclusão, cerca de 176 páginas de ideias em termos de corpo de relatório e, portanto, achamos... Quer dizer, na verdade, já não nos espanta muito, porque vemos como o Deputado Relator e a maioria, ao longo destes dias, têm evoluído em relação à conjuntura nacional e às graças e desgraças da governação. De facto, tudo o que apresentámos é factual, é isento e abrange Aníbal Cavaco Silva, António Guterres, Durão Barroso, Santana Lopes, José Sócrates, Pedro Passos Coelho, não se fixa em nada.

Achamos verdadeiramente inusitado que em cerca de 200 conclusões não haja uma que o Sr. Deputado Relator possa considerar adequada de integrar o relatório. Em 176 páginas de contributos factuais, daquilo que aconteceu durante um ano, achamos verdadeiramente inusitado que o Sr. Deputado Relator considere que não há uma linha, um parágrafo que mereça ser integrado neste relatório. Portanto, já nada nos espanta muito sobre isto.

Ontem fui questionado por vários elementos da comunicação social sobre a nossa expectativa e eu disse que era a de que as palavras correspondessem aos atos. Infelizmente, os atos contradizem as palavras. Na terça-feira, tivemos muitas profissões de fé do Sr. Deputado Relator e da bancada da maioria, nomeadamente do Sr. Deputado Nuno Encarnação, de abertura para acolher ideias, para acolher propostas, e também por isso fizemos esse trabalho de apresentação, já estava preparado e formalizamos a sua entrega. Outros partidos até mudaram de ideias em relação àquilo que tinham decidido fazer. No entanto, as palavras não correspondem aos atos e o que se configura nesta fase final é o que já se esperava, ou seja, o PSD

tinha as suas conclusões, tinha o seu texto, tinha as suas ideias à partida e considerou que em 200 propostas de conclusão nenhuma merece ser integrada, em 176 páginas de texto nem uma linha, nem um parágrafo, nem uma palavra, nem uma vírgula merece ser integrada em todo esse corpo do relatório. Registamos e lamentamos.

Naturalmente que não damos o nosso acordo para que as nossas propostas figurem como um apêndice ou um anexo deste relatório. O Partido Socialista nunca foi, não é e nunca será um apêndice do Partido Social Democrata nem na Comissão de Inquérito às PPP nem em nada que tenha a ver com esta prática e com esta governação.

Em relação às recomendações, valorizamos o ponto de o Sr. Deputado Relator integrar a maioria das nossas recomendações, no sentido em que nós próprios tínhamos sido bastante críticos da fragilidade de algumas recomendações que, na sua maioria, constavam na versão preliminar do relatório.

Como achamos que estas recomendações podem ser um contributo positivo para o futuro, queríamos salientar, de um modo sucinto, alguns aspetos.

Entendemos — como também já foi aqui debatido, mas não quisemos ter essa intervenção em tempo no debate — que todas as concessionárias, todas as entidades financiadoras das parcerias público-privadas devem contribuir para o esforço coletivo que todos os portugueses estão a fazer. Portanto, todas as parcerias público-privadas, do nosso ponto de vista, devem ser renegociadas. Como já debatemos ao longo deste ano e também hoje, há variadíssimas soluções que podem ser aplicadas e o sentido da nossa recomendação é o de que não excluimos nenhuma solução à partida, entendemos que todas as que são possíveis devem ser verificadas.

Também entendemos que deve existir maior transparência, um maior papel da Assembleia da República e, como defendemos ao longo deste ano — ainda bem que muitas destas recomendações são aceites —, mais incompatibilidades e um registo de interesses mais apurado. Entendemos que, no seio da Assembleia da República, deve existir um observatório das PPP e que deve ser estudada possibilidade de a UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental) ser encarregue dessa matéria; entendemos que devem existir relatórios anuais de evolução das parcerias público-privadas; achamos que deve existir um recurso mais excepcional desta matéria — pessoalmente, penso que deve ser até muito restrito; e entendemos que parcerias público-privadas com encargos superiores a 100 milhões de euros devem previamente ser apresentadas no Parlamento. Debates muito aqui, ao longo deste ano, o Plano Rodoviário Nacional e o seu cumprimento e achamos que ele também deve ser revisto. Achamos igualmente que uma lei de programação de infraestruturas a cinco anos deve ser apresentada anualmente a este Parlamento.

Queremos mais restrições à contratação de consultores; queremos um registo de interesses sobre esta matéria; queremos agravar as incompatibilidades da passagem do público para o privado e do privado para o público; não queremos que as multas sejam perdoadas às escondidas, porque entendemos que todo e qualquer perdão de multa — e assistimos a muitos episódios, ao longo deste ano, com impactos em reequilíbrios financeiros e em encargos — tem de ser devidamente justificado e fundamentado, tem de ter a aprovação do Ministério das Finanças e do ministério da tutela setorial e deve ser previamente comunicado ao Parlamento, ao Tribunal de Conta e à Inspeção-Geral de Finanças.

Temos também muitas outras propostas ao nível da renegociação das linhas de financiamento, ao nível da Estradas de Portugal e ao nível da estabilidade contratual, mas não vou ser exaustivo nesta matéria nem fazer perder mais tempo.

Consideramos que existe uma diferença de pontos de vista em relação ao Deputado Relator, porque ele sintetizou, nesta versão de proposta final que nos apresenta, o contributo e o cumprimento das várias propostas que nos foram apresentadas e nós achávamos — e foi o que fizemos na proposta que entregámos e poder-se-ia ter resolvido, simplesmente, com um *copy-paste* das nossas propostas — que seria enriquecedor para o trabalho final desta Comissão que tudo aquilo a que tivemos acesso em termos de recomendações, grupo de trabalho de avaliação das parcerias público-privadas, Ernst & Young, as várias auditorias do Tribunal de Contas, algumas das quais começaram a ser implementadas pelos governos de José Sócrates e de Pedro Passos Coelho, mas independentemente disso, estivesse facilmente disponível e acessível e não apenas e só nesse acervo de documentação. Não foi essa a opção do Deputado Relator. De todo o modo, fica registado que esta Comissão valoriza esses contributos e esses trabalhos por proposta do Partido Socialista, que foi aceite. Quem ler esse relatório, depois, terá mais algum trabalho para pesquisar.

Em relação àquilo que não foi aceite pelo Sr. Deputado Relator em termos das recomendações, entendemos que a recomendação g) alínea *ii*, que é a revogação do Despacho n.º 6760/2013, é um bom exemplo da promiscuidade existente que supostamente devia ser combatida e, portanto, um bom exemplo de recomendação daquilo que não queremos.

O que é que aqui está em causa? Há uma melhoria que nós próprios consideramos positiva, que foi a criação de uma unidade que supostamente

centraliza todo o conhecimento das parcerias público-privadas para que o Estado esteja melhor preparado. Muitas vezes foi aqui dito que o Estado está menos bem preparado do que as entidades privadas, pelo que tínhamos de ter um corpo de técnicos permanente que fosse acumulando esse conhecimento e essa experiência e que servisse para o futuro. Tudo bem. Concordamos, valorizámos essa alteração, eram recomendações do Tribunal de Contas que o atual Governo deu seguimento.

No entanto, o que temos aqui como exemplo? Temos um técnico de uma instituição financeira, com interesses nos financiamentos bancários, com interesses em várias entidades concessionárias, que é requisitado temporariamente para esta unidade e, quando já estiver há algum tempo nessa unidade tendo todo o conhecimento por parte do Estado, voltará ao seu lugar de entidade privada e continuará a trabalhar nessa instituição financeira, servindo aquilo que nós não queremos, que é ora se está do lado privado e passa-se para o público, ora se está do público e passa-se para o privado. Este é um bom exemplo do regime de incompatibilidades que devia ser agravado, é um bom exemplo do registo de interesses que devia existir, é um bom exemplo daquilo que é a contratação de consultores externos quer individualmente quer enquanto empresas.

Portanto, lamentamos que esta proposta não tenha sido acolhida, porque é um bom exemplo daquilo que é dito mas que, depois, não é praticado.

Ao nível da remessa do FRA IX, registamos essa declaração. Quando estávamos a falar do FRA IX, referíamos-nos ao FRA IX e a toda a documentação que foi disponibilizada nos últimos dias pelo Sr. Secretário de Estado quanto a esta última matéria, mas tudo bem.

Em relação à recomendação ao nível do comparador público — embora sejam questões de pormenor no relatório em causa, são relevantes

em termos de futuro —, entendemos que, na análise da elaboração do comparador público, na avaliação dos benefícios não financeiros, nunca devemos ficar apenas e só por esta ótica financeira, devendo também ver numa perspetiva de desenvolvimento económico, de crescimento económico, de criação de emprego e que isso também é útil para o futuro em termos da valorização que fazemos do investimento público em contraponto ao mero investimento privado através das parcerias público-privadas.

Portanto, mesmo em conclusão, naturalmente que valorizamos o acolhimento esmagador das nossas propostas de recomendação e que criticamos veementemente toda a exclusão e não aceitação de qualquer das nossas cerca de 200 conclusões, de qualquer linha ou parágrafo das nossas 176 páginas de propostas para o corpo do relatório. Isto configura, naturalmente, um corpo de relatório e uma proposta de conclusão que reitera tudo aquilo que estava no início, ou seja, algo parcelar e insipiente que procura defender e branquear alguns e diabolizar e acusar outros.

Naturalmente que votaremos — e pedimos essa desagregação — contra o relatório e as conclusões, naturalmente que votaremos a favor das recomendações e naturalmente que apresentaremos uma declaração de voto.

Lamentamos muito que tudo o que o Sr. Deputado Relator disse na sessão de terça-feira tenha passado apenas e só de palavras que não correspondem aos atos e que todas as manifestações de abertura para uma análise séria e detalhada dos contributos de tudo o que foi apurado e todas as propostas sérias, objetivas, isentas e factuais de uma análise de todos os governos desde Aníbal Cavaco Silva a Pedro Passos Coelho tenha sido completamente recusado. Do nosso ponto de vista, isso não prestigia o trabalho que foi feito ao longo deste ano na Comissão de Inquérito e não

prestigia os trabalhos desta Assembleia da República, mas é assim que será e nós apresentaremos, naturalmente, a nossa declaração de voto, que ficará anexa a este relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que...

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Penso que foi perceptível que não levamos nada a votação, Sr. Presidente, e que apresentaremos uma declaração de voto sobre toda essa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, nesse caso, só nos falta votar o relatório.

Pausa.

O Sr. Deputado **Sérgio Azevedo** quer fazer um aditamento a uma conclusão que aceitou e não referiu.

Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, aceito a alteração 20 apresentada pelo Bloco de Esquerda, mas não a pus no relatório e, portanto, tenho de a pôr.

O Bloco de Esquerda faz a seguinte proposta: «O modelo PPP cria um sobrecusto ao colocar nos parceiros privados a responsabilidade de procura de financiamento dos projetos. Em todas as PPP analisadas, o custo do financiamento direto do Estado, através da emissão de dívida, seria sempre mais barato.» Aceito esta conclusão, embora acrescente, a seguir a

«O modelo PPP», o seguinte: «tal como tem vindo a ser desenvolvido em Portugal pelos últimos governos, em especial o anterior». Depois, segue-se o resto da conclusão apresentada pelo BE.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar agora à votação do relatório proposto pelo Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, gostaria de saber qual o modelo de votação.

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Deputados do Partido Socialista propuseram a votação em três segmentos: o corpo do relatório, as conclusões e as recomendações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, fiz esta proposta, porque estava na dúvida se outros grupos parlamentares iam pedir a desagregação das votações. Não tendo sido pedida, podemos votar o corpo e as conclusões e separar só as recomendações.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo oposição de nenhum Sr. Deputado, vamos votar o corpo do relatório e as conclusões.

Submetidos à votação, foram aprovados, com 8 votos a favor (Deputados do PSD Adriano Rafael Moreira, Fernando Virgílio Macedo, Nuno Encarnação, Nuno Serra, Paulo Batista Santos, Paulo Cavaleiro e Sérgio Azevedo e Deputado do CDS-PP Altino Bessa), 5 votos contra

(Deputados do PS Duarte Cordeiro, Eurídice Pereira, Fernando Serrasqueiro, Isabel Oneto e Rui Paulo Figueiredo) e 3 abstenções (Deputados do PCP António Filipe e Bruno Dias e Deputado do BE Pedro Filipe Soares).

Vamos votar, agora, as recomendações.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com 8 votos a favor (Deputados do PSD Adriano Rafael Moreira, Fernando Virgílio Macedo, Nuno Encarnação, Nuno Serra, Paulo Batista Santos, Paulo Cavaleiro e Sérgio Azevedo e Deputado do CDS-PP Altino Bessa), 3 votos contra (Deputados do PCP António Filipe e Bruno Dias e Deputado do BE Pedro Filipe Soares) e 5 abstenções (Deputados do PS Duarte Cordeiro, Eurídice Pereira, Fernando Serrasqueiro, Isabel Oneto e Rui Paulo Figueiredo).

Srs. Deputados, como estamos a concluir os nossos trabalhos, vou dar a palavra para, se quiserem, fazerem intervenções finais após a aprovação do relatório.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, esta intervenção servirá também para declaração de voto do Bloco de Esquerda sobre o relatório e também em jeito de balanço para declaração final relativamente aos trabalhos e às conclusões desta Comissão.

Sobre os trabalhos, gostaria de dizer que esta Comissão foi extremamente longa, bastante mais do que qualquer um dos seus proponentes antecipava inicialmente, mas a conclusão que retiramos é a de que, para a abrangência de parcerias público-privadas, para o número de

contratos, para a profundidade dos trabalhos em que estivemos envolvidos, de facto, o tempo não foi muito, foi até escasso. Mas claro que politicamente era insustentável que demorasse mais tempo, até para que a Assembleia cumprisse com o seu papel de dar sequência a uma investigação que os cidadãos gostavam que fosse concluída.

Quanto ao relatório e à nossa declaração de voto sobre o relatório, queria dizer que reconhecemos a factualidade do relatório quer no seu corpo quer em grande parte das suas conclusões. Reconhecemos o trabalho do Relator numa tarefa complicada e numa abrangência enorme de dados que teve de compilar. No entanto, há alguns pontos que consideramos relevantes, que não foram incluídos e que nos levaram à abstenção. Não por nos distanciarmos e de algum modo defender as parcerias público-privadas, não é essa a posição o Bloco de Esquerda. E creio que ficará também bem claro o nosso acompanhar de muitas das críticas, senão de todas as críticas, que o Relator faz no relatório às parcerias público-privadas. Aliás, a nossa abstenção é até porque pecam por escassas face ao que nós entendemos que deve existir.

O nosso voto contra nas recomendações advém da consequência política que retiramos da gravidade do relatório. De facto, as parcerias público-privadas rodoviárias e ferroviárias, como o corpo do relatório e as suas conclusões indicam, são um período negro para as contas públicas e são escolhas políticas altamente criticáveis. Creio que o relatório dá conta do impacto que elas tiveram até agora e terão no futuro nas contas públicas.

Por isso mesmo, qualquer recomendação que vá para além do fim puro e simples de qualquer parceria público-privada enquanto escolha de contratação pública do Estado é uma recomendação que não retira as devidas consequências do relatório. Exatamente por isso votámos contra estas recomendações, porque elas consideram que o modelo é reparável,

recauchutável e pode ser melhorado e devidamente aplicado. Nós não temos essa ideia. Aliás, a consequência que tiramos é a de que estas parcerias público-privadas, todas elas, demonstram que o modelo não funcionou e por isso não é só fruto de cada um dos casos, de cada um dos governos, de cada um dos intervenientes. Ou seja, quando a regra é a de que tudo falhou, é sinal que devemos aprender com essa regra, porque o modelo realmente está mal.

Essa é a nossa conclusão e é exatamente por isso que votámos contra as recomendações. Não consideramos que este modelo seja melhorável, por muito que algumas das recomendações sejam, de facto, racionais, inequívocas e aceitáveis. Elas radicam no princípio de que o modelo de parceria público-privada é melhorável, no fundo, é possível de levar ao ponto em que defende o interesse público. Nós consideramos que não. Exatamente por isso, votámos contra as recomendações.

Por último, quero dar nota do nosso agradecimento enquanto Grupo Parlamentar a todo o serviço de apoio à Comissão e ao Centro de Informática.

Gostaria também de dizer que, tendo havido momentos bastante quentes nesta Comissão, foi um prazer partilhar estes trabalhos com todas e todos os Deputados, porque, de facto, acho que, independentemente das posições políticas que cada um teve ao longo deste processo, conseguimos prestar um bom trabalho ao País ao demonstrar e ao trazer clarificação a um *dossier* que era extremamente opaco e estava longe da transparência que qualquer política pública deve ter.

Por isso, como conclusão — e esta é mesmo a última das frases desta minha declaração —, acho que esta Comissão de Inquérito teve consequências, terá consequências, tem um relatório que é utilizável para dar consequências enquanto posições de fundo desta Comissão, e teve

também a capacidade de prestar aquele que é um dos serviços fundamentais da democracia, que é o de trazer transparência às escolhas públicas e escolhas públicas com um valor bastante relevante do ponto de vista de custos para o erário público.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, também em jeito de conclusão, queria, antes de mais, cumprimenta-lo. Para o Grupo Parlamentar do PSD, foi um prazer trabalhar consigo. Queria ainda enaltecer o seu trabalho de espírito de consenso em todas as muitas dezenas de reuniões que tivemos.

Queria cumprimentar o Sr. Relator pelo trabalho imenso que teve nesta Comissão de Inquérito, que se prolongou por mais de um ano, e agradecer aos serviços toda a colaboração prestada, que foi também imensa, para que pudéssemos ter tudo pronto e em tempo oportuno para a análise factual do trabalho desta Comissão Parlamentar.

Aproveito ainda para agradecer a todos os colegas Deputados de todos os grupos parlamentares, que, como hoje provaram, deram o seu contributo nas conclusões e nas recomendações. Como pudemos perceber, ficou desfeita a dúvida que o Partido Socialista tanto apregoava, de que era um relatório pré-feito e pré-escrito pelo Partido Social Democrata. Tal não corresponde à verdade, porque o Sr. Relator aceitou imensas propostas de todos os grupos parlamentares. Penso que isso é interessante, porque se trata de um relatório produzido por todos, pelo trabalho de todos. E é um relatório factual, que relata tudo o que se passou nesta Comissão de Inquérito, tendo sido retiradas conclusões e elencadas recomendações.

Acho que é importante olhar para trás, mas é também seguramente importante fazer recomendações ao Governo atual e aos governos futuros quanto a tudo o que correu mal na história das parcerias público-privadas em Portugal. Obviamente, como não queremos que se voltem a repetir todos os erros passados, elencámos quais os erros passados na nossa opinião, elencamos factualmente todos os problemas que existiram e que fomos apreciando ao longo deste mais de um ano de trabalhos da Comissão de Inquérito. O nosso trabalho, enquanto parlamentares, foi feito e foi feito com dignidade, foi feito com verticalidade, foi feito com verdade, falando em nome de todos nós, Deputados.

Agora, caberá a outras instituições ou entidades, se quiserem, aprofundar este trabalho, tirar as devidas ilações, porque nós apurámos as responsabilidades políticas de todas as parcerias público-privadas. Sabemos hoje quem assinou, o que assinou e quem foi responsável pelos vários milhares de milhões de euros que os contribuintes hoje estão a pagar e que vão ter de pagar durante os próximos 20 a 30 anos.

Para nós, esse foi um trabalho exemplar. Qualquer português, a partir desta data, conhece com segurança quem teve responsabilidade, em quê e onde. De uma vez por todas, podemos perceber e elencar quanto custaram ao erário público em Portugal todos estes projetos de parcerias público-privadas, quanto irão custar e quem foram os verdadeiros responsáveis.

Agradeço, mais uma vez, ao Sr. Presidente a sua inteira disponibilidade e o seu modo de conduzir os trabalhos, e agradeço, mais uma vez, ao Sr. Relator o trabalho imenso e a disponibilidade para aceitar vários contributos de todas as bancadas parlamentares, entre as quais também da nossa, mas não na totalidade, porque houve a rejeição de uma das propostas do PSD. Cá estamos para o acompanhar nas suas conclusões e no que acabou de nos relatar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, para nós, foi um gosto trabalhar consigo. Não foi um prazer, porque, para nós, prazer é outra coisa — e digo isto para aligeirar um pouco o ambiente. Foi, de facto, um gosto tê-lo como Presidente. Pese embora uma ou outra divergência pontual, acho que é credor do nosso reconhecimento pelo trabalho difícil que teve ao longo deste mais de um ano e que, do ponto de vista da condução dos trabalhos, correu bem.

Queria também juntar os nossos agradecimentos a todos os serviços da Assembleia da República que acompanharam esta Comissão pelo trabalho excecional. Esta Comissão foi difícil pelo número de sessões, pelo número de horas de audições, pelas horas e horas de transcrição, por toda a documentação que circulou. Demostra a excecionalidade dos funcionários desta Casa e por isso são merecedores dos elogios públicos de todos. Muitas vezes fala-se das regalias e dos horários de trabalho, mas todos os funcionários da Assembleia da República tiveram, com esta Comissão de Inquérito, um larguíssimo excesso de horas de trabalho e não só cumpriram sempre, como cumpriram com elevada qualidade. Portanto, acho que é da mais elementar justiça que isto fique aqui registado.

Sr. Presidente, deixo-lhe, a si e aos serviços, uma dúvida processual. Gostaria de saber se a declaração de voto pode ser entregue na segunda-feira, se isso será adequado ou não.

Por fim, queria fazer um comentário à intervenção do Sr. Deputado Nuno Encarnação, dizendo que aquilo que ficou mesmo demonstrado é o

contrário, ou seja, que tínhamos já algo pré-feito e pré-definido, no essencial, pelo Partido Social Democrata. Olhar para a frente foi o que o Partido Socialista fez. Daí que, se este relatório tem recomendações positivas para o futuro, na sua esmagadora maioria foram apresentadas pelo Partido Socialista.

Em todo o caso, cada vez mais vos compreendo e esta semana tenho compreendido muito. Como ficou aqui demonstrado, até com este pormenor, há uma grande obsessão com o Eng.º José Sócrates, mas percebo essa obsessão de quem é liderado por Pedro Passos Coelho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, vou fazer uma declaração também breve para justificar, enquanto Deputado nesta Comissão de Inquérito, o sentido de voto do PCP relativamente ao relatório.

Dissemos desde o início que há um conjunto de elementos factuais e de conclusão decorrentes dos trabalhos desta Comissão de Inquérito que não pode ser ignorado nesta experiência que consideramos demasiado grave e que vai ficar na história por ser demasiado grave, que foi o recurso às parcerias público-privadas nos termos em que aconteceu.

Há um elemento que consideramos importante e que houve quem tentasse passar ao longo deste mais de um ano de trabalhos da Comissão de Inquérito que foi a tentativa de confundir parcerias público-privadas com investimento público, como se só fosse possível haver investimento público se houvesse parcerias público-privadas. Não é a mesma coisa, como

procurámos demonstrar. Consideramos que os trabalhos da Comissão de Inquérito foram em larga medida uma oportunidade para confrontar esse preconceito e essa ideia feita, como se investimento público, que é necessário retomar, desenvolver e aprofundar, e parcerias público-privadas, que nós não queremos voltar a ver no nosso País, fosse tudo a mesma coisa.

Queremos sublinhar que, do ponto de vista dos trabalhos desta Comissão de Inquérito, dos factos que foram apurados, das implicações concretas, do prejuízo para o Estado e para o interesse público que resulta destes negócios que foram realizados pelos sucessivos governos, há lições e ilações que têm de ser tornadas possíveis com este trabalho.

Desculpem, Srs. Deputados, que eu diga desta forma, mas para a trabalhadeira que deu durante mais de um ano esta Comissão de Inquérito, este inquérito parlamentar merecia ter ido mais longe. Pelo tempo, pelo esforço, pelo debate, pelo aprofundamento, pelas toneladas e *terabytes* de documentos que foram analisados por esta Comissão, valia a pena, do ponto de vista do interesse público, da própria racionalidade e da mais elementar justiça, fazer alguma coisa para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tivesse como resultado do seu trabalho algo mais do que recomendações para as próximas PPP que hão de vir.

Cada vez estamos mais convictos que, em função da informação que veio para cima da mesa nesta Comissão de Inquérito, dos elementos factuais, do resultado concreto, da experiência das parcerias público-privadas neste País, há uma conclusão, uma lição evidente para todos nós: pode haver países e recantos deste mundo onde as PPP possam ser o modelo adequado para essas terras e para esses povos; para a nossa economia, para um País com as características do nosso, do ponto de vista da sua dimensão, do ponto de vista da sua capacidade económica, comercial, financeira, etc., e ao mesmo tempo com o prestígio e a capacidade da nossa

engenharia e das nossas estruturas ao nível público, há todas as razões para dizer que, se há sítios deste mundo onde as parcerias público-privadas possam fazer sentido, não será em Portugal, com certeza.

Nesse sentido, esse modelo de contratação, esse modelo de financiamento e gestão do investimento público, dos recursos públicos, das infraestruturas que têm de estar ao serviço de todos nós e da nossa economia, então, tudo isso tem de ser gerido de forma a salvaguardar a gestão mais criteriosa, mais transparente e mais democrática, que é, de facto, a gestão pública bem conduzida, o investimento público de qualidade, selecionado e projetado de forma adequada. É que, como dizíamos há pouco, aquela ideia de tentar explicar que se andou mais de 20 anos a tenta tocar música com uma bota da tropa e a culpa é de quem não a tinha bem afinada é uma situação que não convence ninguém, e muito menos se convence alguém dizendo quais são as recomendações, a partir de agora, para que a bota passe a ficar mais afinada. Isto não joga.

É preciso acabar com este modelo, acabar com esta opção e voltar a uma opção de investimento público transparente, democrático, rigoroso na gestão pública, para sairmos da situação em que estamos. Continuar no mesmo caminho é ir para o afundamento ainda mais grave da nossa economia e do nosso País.

Srs. Deputados, é por esta razão que votámos contra as recomendações tal como ficaram, ou seja, pela recusa de os Srs. Deputados, nomeadamente até em votação concreta, incorporarem as recomendações que o PCP apresentou para que se acabe com as PPP das mais diversas formas, do ponto de vista jurídico, para que possa haver investimento, para salvaguardar as populações que têm a esta hora viadutos a meio caminho de serem acabados e obras que foram abandonadas e deixaram as populações no esquecimento e para que haja uma capacidade instalada da

nossa engenharia, da técnica portuguesa, que é das melhores do mundo e que está ser enviada para o Médio Oriente, para o norte da Europa e para a Ásia, desmantelando-se aquilo que são as estruturas do nosso País à conta deste tipo de opções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria terminar, valorizando e saudando o contributo assinalável e digno por parte do Sr. Presidente da Comissão e a intervenção que teve ao longo de todos estes meses, procurando e conseguindo durante todas as audições encontrar consensos onde seria muito difícil perceber que eram possíveis.

Por último, mas não o menos importante, de certeza absoluta, talvez mais importante em termos de referência, gostaria de deixar uma saudação aos funcionários da Assembleia da República dos vários serviços, das várias áreas de trabalho parlamentar que deram apoio a esta Comissão. Foi um trabalho muito árduo, muito longo, muito pesado, de grande qualidade, de grande atualidade, tendo os vários serviços, as várias áreas técnicas desta Casa respondido de uma forma cabal e altamente competente.

Queremos valorizar muito aquilo que foi realizado pelos trabalhadores desta Casa e, por isso, a última palavra desta minha intervenção na Comissão de Inquérito, que agora termina, é de valorização dos trabalhadores por aquilo que tornam possível ao funcionamento desta Casa.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero começar também pelos devidos agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço ao Sr. Presidente pela forma como conduziu os trabalhos ao longo de mais de um ano. Foi a primeira vez que fiz parte de uma comissão de inquérito. Considero que foi uma comissão difícil, uma comissão dura, uma comissão que teve momentos de tensão, mas o Sr. Presidente soube sempre, de alguma forma, resolver e trazer alguma acalmia a esses momentos que aqui passámos com alguma tensão e alguma dificuldade.

Quero obviamente também deixar um agradecimento, em nome do CDS, aos serviços, aos funcionários desta Casa, pelo profissionalismo, pelo rigor e pela dedicação que tiveram ao longo deste ano de muito trabalho, de muitas horas e de muito empenho.

Quero ainda agradecer ao Deputado Relator, que também nos acompanhou aqui ferreamente sem abrir a boca, esteve aqui horas e horas a fio para nos apresentar este relatório, que considero ser um bom relatório.

Pena é que o Partido Socialista, desde o início — o que era previsível —, tenha acusado esta Comissão de que o relatório já estava a ser preparado. Tal não corresponde a verdade. Pelos vistos, o relatório alternativo estaria a ser preparado nos corredores da Assembleia, eventualmente por nenhum dos Deputados que aqui estará presente ou que fez parte desta Comissão.

De qualquer forma, o facto de o Deputado Relator ter aceite praticamente todas as propostas de recomendação do Partido Socialista, bem como ter incorporado propostas do Bloco de Esquerda e do PCP, parece-me que é saudável e que presta um bom serviço ao resultado final de todo este trabalho. As propostas do CDS foram todas aceites e por isso também o nosso agradecimento. Como entendemos que o relatório não teria muito mais a acrescentar, não fizemos muitas propostas, mas acabamos por fazer algumas.

Também tirámos algumas conclusões. Desde logo, para quem não sabia — a maior parte dos portugueses, provavelmente, não sabia e confesso que, quando vim para esta Comissão, também não sabia —, destas 25 parcerias ferroviárias e rodoviárias, há uma conclusão, logo à cabeça: existe um campeão destas parcerias. Parece-me que é um dado que, destas 25 parcerias, 22 foram lançadas por governos do Partido Socialista. Também concluímos que, para além de em algumas dessas parcerias não estarem acautelados os interesses do Estado, de o Estado nos ter parecido muito frágil do ponto de vista do seu interesse nestas relações com os parceiros privados, porque só por si as parcerias não seriam más, a dose foi excessiva, ou seja, o País não tem dimensão nem condição económico-financeira, já não a tinha em 2008 quando muitas destas parcerias foram lançadas, para tantas parcerias. Essa também é uma das conclusões.

Por isso, todo este trabalho, depois de este relatório produzido e também da incorporação daquilo que foi o relatório que o Partido Socialista aqui quis trazer, para além de poder ser aproveitado quer pelo Governo quer para uma aprendizagem futura das relações entre o setor privado e o setor público, passa para outro patamar, passa para outras instâncias. Espero que este relatório, fruto de todo este trabalho, de todos os Deputados sem exceção desta Comissão, possa contribuir e seja útil para aquilo que todos sabemos, que é uma investigação noutras instâncias, e que, com isso, se consiga apurar ou não eventuais responsabilidades que alguns terão nesta matéria.

Nesse sentido, tenho a satisfação de que o contributo de todos, sem exceção, ao longo de mais de um ano de trabalho, está de certa forma produzido neste relatório. Vamos esperar que as entidades competentes, que também já pedira alguns elementos a esta Comissão e agora terão este

relatório, possam daqui tirar «sumo» para, eventualmente, apurarem alguma verdade que nós não conseguimos apurar.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Batista Santos.

O Sr. **Paulo Batista Santos** (PSD): — Sr. Presidente, pedi a palavra não para acrescentar algo às declarações de voto já realizadas, mas para me associar aos cumprimentos a V. Ex.^a, Presidente da Comissão, reconhecer o trabalho árduo de todas as Sr.^{as} e os Srs. Deputados nesta Comissão, particularmente também do Sr. Deputado Relator, dos serviços e dos assessores do Grupo Parlamentar.

Nesta linha, de quem também já teve uma tarefa similar ou conexas com esta, acho que temos aqui um excelente relatório, um relatório que orgulha a Assembleia da República e, por essa via, sugeria a V. Ex.^a os seus bons ofícios para que a Assembleia pudesse editar este documento.

Creio que, na linha do que têm sido outros relatórios que esta Assembleia tem realizado, publicar este, pela substância, pelo detalhe, pelo contributo que mereceu, naturalmente incluindo todas as diferenças que acabámos aqui hoje de significar, seria um bom trabalho que a Assembleia daria naquilo que é o resultado final do trabalho de todas as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Era só essa recomendação e sugestão que queria fazer ao Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Antes de dizer uma palavra final, queria lembrar que o nosso trabalho ainda não acabou, pelo menos para o Sr. Deputado Relator. Ainda vai ser necessário fazer o acerto final do texto.

Lembro também que as declarações que acabaram de ser feitas serão transcritas no seu devido tempo. Como esse tempo não será a tempo do Plenário do dia 11, onde vamos discutir este relatório, quem quiser fazer declarações de voto que vão anexas a este relatório terá de as entregar por escrito até segunda-feira. É o prazo razoável para se poder anexar as declarações de voto ao relatório, para ser enviado à DAPLEN (Divisão de Apoio ao Plenário) para ser discutido em Plenário.

Gostaria de agradecer as palavras que os Srs. Deputados me dirigiram, que tomo como prova de amizade e de gentileza da vossa parte.

Pela minha parte, queria agradecer, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Relator que elaborou um relatório de grande dimensão, cumprindo rigorosamente os prazos a que se comprometeu com esta Comissão e fazendo um trabalho de inclusão de propostas elaboradas pelos grupos parlamentares.

Queria também agradecer aos Srs. Deputados que fizeram parte da Mesa da Comissão: o Sr. Deputado Renato Sampaio, que hoje não está presente, mas que participou e presidiu a várias reuniões; o Sr. Deputado Emídio Guerreiro, que nos deixou para exercer funções governativas; e o Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira, que o substituiu como Vice-Presidente desta Comissão e que também teve oportunidade de dirigir os trabalhos em momentos em que eu estive impedido de o fazer.

Gostaria também de deixar uma palavra para os Srs. Deputados coordenadores dos grupos parlamentares que, para além das reuniões visíveis e das muitas audições realizadas, ainda participaram nos nossos trabalhos numa face menos visível, que são as reuniões de coordenação,

algumas informais outras formalmente convocadas: o Deputado Nuno Encarnação, o Deputado Rui Paulo Figueiredo, o Deputado Hélder Amaral, o Deputado Bruno Dias e o Deputado Pedro Filipe Soares, que merece uma palavra especial, na medida em que nesta fase final dos nossos trabalhos conjugou as funções de membro desta Comissão e de coordenador do Bloco de Esquerda com as funções de liderança parlamentar, não tendo abandonado as suas funções nesta Comissão. Deixo uma palavra também ao Sr. Deputado Mendes Bota, que foi coordenador do PSD enquanto exerceu funções nesta Comissão.

Queria deixar também uma palavra muito especial ao Sr. Deputado Manuel Seabra, que participou muito empenhadamente nos trabalhos desta Comissão e que só não está nesta parte final por razões relacionadas com o seu estado de saúde. Deixo aqui um ardente voto para o seu rápido restabelecimento. Seguramente, todos nós queremos vê-lo, de novo, na nossa companhia o mais rapidamente possível.

Gostaria ainda de deixar uma palavra para os serviços de apoio a esta Comissão, nas pessoas dos funcionários desta Assembleia que mais diretamente colaboraram connosco: a Dr.^a Ana Vargas, o Dr. Fernando Vasco, a Sr.^a D.^a Arminda Grave, as nossas colaboradoras aqui presentes da Redação, Dr.^a Maria do Rosário Tavares, que se não foi totalista desta Comissão andou lá muito perto, e Dr.^a Isabel Barral, que está hoje também connosco, e o Sr. José Diogo, Chefe de Divisão, que ainda hoje passou por esta Comissão e que com muita assiduidade acompanhou os nossos trabalhos. Estes são a face visível de um conjunto mais vasto e menos visível de colaboradores desta Assembleia que asseguraram vários serviços para que esta Comissão pudesse funcionar, como os serviços de Apoio Audiovisual e outros funcionários da Assembleia.

Queria também deixar uma palavra aos assessores dos grupos parlamentares, que também tiveram, seguramente, um trabalho árduo: os Drs. Tiago Laborinho, Pedro Croft, Sofia Cruz, Carla Fernandes, Hugo Frederico, Cristiano Coelho, António José Batista, Ricardo Oliveira, Mariana Mortágua e João Neves. Obviamente que, sem o apoio destes nossos assessores, o trabalho dos Deputados nesta Comissão não seria tão produtivo como pôde vir a ser.

Seguramente que esta foi uma Comissão que não foi fácil para ninguém não apenas pela extensão dos trabalhos, mas também pela complexidade das matérias abordadas e da política económica a todos os níveis. Obviamente que se manifestaram aqui divergências naturais entre os grupos parlamentares relativamente à matéria objeto desta Comissão. Tivemos aqui debates acalorados, como é próprio em democracia. Foi um trabalho árduo, diria, por vezes, penoso pelas longas horas de reuniões e de audições que aqui tivemos, mas foi sempre um trabalho muito empenhado da parte de todos os Srs. Deputados que participaram nesta Comissão.

Queria também deixar uma palavra a todos os Srs. Deputados que eu ainda não citei e que participaram nos trabalhos desta Comissão.

Creio que terminamos os nossos trabalhos com a consciência de termos cumprido o nosso dever e de termos prestado um bom serviço à República.

Muito obrigado a todos e retomaremos a discussão em Plenário no próximo dia 11.

Srs. Deputados, boa noite a todos.

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 48 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.